

Desafios das Micro e Pequenas Empresas em Licitações Públicas: Um Estudo em Rio da Conceição – TO

Pablo Pereira Nunes
Bárbara Ádria Fernandes

Resumo

Este estudo analisa os desafios que dificultam a participação de micro e pequenas empresas (MPEs) em licitações públicas, tendo como *locus* de pesquisa o município de Rio da Conceição – TO. O objetivo consiste em identificar os principais obstáculos enfrentados por esses empreendimentos e propor recomendações para ampliar sua inserção nas compras governamentais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com coleta de dados por meio de questionário aplicado a 17 empreendedores locais. Os resultados evidenciam baixa participação efetiva, apesar do conhecimento geral sobre o tema, sendo os principais entraves a limitação de conhecimento prático, a burocracia excessiva e a percepção de favorecimento de empresas de maior porte. Em contrapartida, observa-se elevado interesse dos participantes por capacitação, indicando potencial para ampliação do engajamento. O estudo contribui ao propor ações práticas voltadas à capacitação, simplificação dos processos e fortalecimento da confiança institucional, demonstrando que intervenções locais podem transformar as licitações em instrumento de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Licitações públicas; Micro e pequenas empresas; Compras governamentais; Desenvolvimento local; Burocracia

1. Introdução

Apesar de representarem um importante instrumento de desenvolvimento econômico, as licitações públicas ainda apresentam barreiras significativas que limitam a participação das micro e pequenas empresas (MPEs). Nesse contexto, embora essas empresas desempenhem papel fundamental na geração de emprego e renda, sua inserção nas compras governamentais permanece reduzida, evidenciando a existência de entraves que dificultam o acesso a esses processos. Tais limitações estão frequentemente associadas à complexidade dos procedimentos licitatórios, à burocracia excessiva e à insuficiência de informações, fatores que contribuem para o distanciamento entre as MPEs e o setor público.

No contexto de municípios de pequeno porte, como Rio da Conceição – TO, essa realidade torna-se ainda mais evidente. Embora as MPEs representem a maioria dos empreendimentos locais, sua participação em licitações públicas permanece reduzida, evidenciando a presença de obstáculos que dificultam o acesso a essas oportunidades. Entre os principais fatores apontados pela literatura, destacam-se a complexidade dos processos licitatórios, a exigência de documentação, a falta de capacitação técnica e o acesso restrito às informações.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: quais são os principais obstáculos que dificultam a participação das micro e pequenas empresas em licitações públicas no município de Rio da Conceição – TO? Para tanto, tem como objetivo analisar os fatores que limitam a inserção dessas empresas nos certames, bem como propor recomendações que possam contribuir para ampliar sua participação.

A relevância da pesquisa reside na possibilidade de compreender a realidade local e oferecer subsídios para a formulação de estratégias que fortaleçam a participação das MPEs nas compras públicas. Ao investigar esse contexto específico, o estudo contribui para o debate sobre desenvolvimento econômico local e para a construção de práticas mais inclusivas na administração pública.

2. Revisão da Literatura/Fundamentação Teórica

As licitações públicas constituem um procedimento administrativo por meio do qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa, assegurando igualdade de condições entre

os participantes e observando os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência. Conforme destaca Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2021), a licitação é um instrumento essencial para garantir transparência e controle na utilização dos recursos públicos, funcionando como mecanismo de legitimação das ações estatais.

A evolução normativa das contratações públicas no Brasil demonstra a busca por maior eficiência e modernização dos processos. A Lei nº 14.133/2021 (BRASIL, 2021) introduziu avanços ao incorporar práticas de governança, planejamento e uso de plataformas digitais, ampliando a transparência e a previsibilidade das contratações. No entanto, apesar desses avanços, a complexidade normativa ainda representa um desafio significativo, especialmente para empresas de menor porte, que possuem estrutura administrativa mais limitada (JUSTEN FILHO, 2022).

Nesse contexto, as micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham papel fundamental na economia brasileira, sendo responsáveis por parcela expressiva da geração de empregos e da movimentação econômica, sobretudo em municípios de pequeno porte (SEBRAE, 2019). A Lei Complementar nº 123/2006 (BRASIL, 2006) estabelece tratamento diferenciado para esse segmento, prevendo benefícios como preferência em situações de empate e participação em licitações exclusivas. Entretanto, a existência de dispositivos legais favoráveis não garante, por si só, a efetiva inserção dessas empresas nas compras públicas, evidenciando a presença de entraves que vão além do campo normativo, especialmente quando há limitações relacionadas à informação e à capacitação (MACHADO JÚNIOR; REIS, 2020).

A literatura aponta que diversos fatores dificultam a participação das MPEs em licitações públicas, destacando-se a burocracia excessiva, a complexidade documental, a limitação de recursos financeiros e a insuficiência de capacitação técnica. Além disso, o acesso restrito à informação e a dificuldade de interpretação dos editais constituem barreiras relevantes, afastando potenciais participantes dos processos licitatórios (MANDARINO; GOMES, 2023). Esses fatores demonstram que as dificuldades enfrentadas pelas MPEs não se restringem a aspectos operacionais, configurando barreiras estruturais que comprometem sua competitividade nos processos licitatórios.

Adicionalmente, a crescente digitalização dos procedimentos, embora amplie a transparência e o controle social, também impõe novos desafios. A dificuldade de acesso a tecnologias, bem como a limitada familiaridade com sistemas eletrônicos, pode restringir ainda mais a

participação das MPEs, especialmente em municípios menores (CABRAL; REIS; SAMPAIO, 2015). Esse cenário reforça a necessidade de análises empíricas em contextos locais, como forma de compreender de maneira mais aprofundada como essas barreiras se manifestam na prática.

Dessa forma, observa-se que, apesar da relevância econômica das micro e pequenas empresas e dos avanços legais existentes, persistem barreiras estruturais, institucionais e informacionais que dificultam sua participação nas licitações públicas. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como esses desafios se manifestam em contextos locais específicos, justificando a realização do presente estudo.

3. Método de pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como objetivo compreender os desafios enfrentados pelas MPEs do município de Rio da Conceição – TO na participação em licitações públicas.

A pesquisa utilizou dados primários e secundários. A coleta de dados primários foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, aplicado de forma digital pela plataforma Google Forms, organizado em quatro blocos temáticos: perfil da empresa, conhecimento sobre licitações, barreiras e desafios percebidos e sugestões de melhoria. O instrumento de coleta foi composto por questões fechadas e abertas, possibilitando a obtenção de dados quantitativos e a compreensão das percepções dos participantes.

A amostra foi definida de forma intencional, sendo composta por 17 microempreendedores individuais e proprietários de microempresas que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Os participantes atuam em diferentes setores econômicos, como comércio, serviços e construção, com o objetivo de contemplar a diversidade das atividades econômicas presentes no município.

Além disso, foi realizada análise documental da legislação pertinente, com destaque para a Lei nº 14.133/2021, a fim de fornecer embasamento teórico e normativo para a interpretação dos resultados obtidos.

3.1. Procedimentos de análise dos dados

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, possibilitando a organização, categorização e interpretação das informações de forma sistemática. Essa abordagem permitiu identificar padrões e compreender os principais desafios enfrentados pelas MPEs no contexto das licitações públicas.

Por fim, a pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis às Ciências Sociais, garantindo o anonimato dos participantes e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

4. Análise dos Resultados

A análise dos dados evidencia os principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) do município de Rio da Conceição – TO quanto à participação em licitações públicas, a partir das respostas obtidas por meio da aplicação de 17 questionários. Os resultados são apresentados de forma descritiva e interpretativa, com o objetivo de compreender os fatores que limitam a inserção dessas empresas nos processos licitatórios.

Inicialmente, observa-se que a amostra é composta majoritariamente por microempreendedores individuais, refletindo a estrutura econômica local, marcada pela predominância de pequenos negócios. Esse aspecto indica uma baixa estrutura organizacional, o que pode limitar a capacidade dessas empresas de atender às exigências dos processos licitatórios.

Verifica-se também que grande parte das empresas possui estrutura reduzida, com número limitado de funcionários e, em alguns casos, ausência de suporte técnico especializado, o que demonstra uma fragilidade operacional que dificulta a participação em processos licitatórios mais complexos, conforme apresentado na Tabela 1.

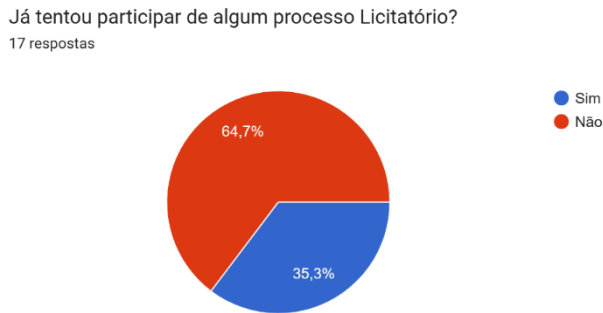
Tabela 1 – Caracterização das empresas participantes da pesquisa

Característica	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Forma Jurídica	MEI	9	52,9
	Microempresa (ME)	8	47,1
Tempo de Atuação	Menos de 1 ano	3	17,6
	1 a 3 anos	6	35,3
	4 a 10 anos	4	23,5
	Mais de 10 anos	4	23,5
Ramo de Atividade	Prestação de Serviços	6	35,3
	Alimentação	6	35,3
	Comércio Varejista	5	29,4
Número de Funcionários	Apenas o proprietário	10	58,8
	1 a 5	6	35,3
	6 a 10	0	0
	Mais de 10	1	5,9
Possui Contador	Não possui	8	47,1
	Sim (fixo)	6	35,3
	Sim (terceirizado)	3	17,6

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No que se refere ao conhecimento sobre licitações públicas, os dados indicam que, embora todos os participantes afirmem já ter ouvido falar sobre o tema, a maioria possui apenas conhecimento superficial. Os resultados indicam que, embora haja conhecimento geral sobre licitações públicas, este ainda se apresenta de forma superficial, não sendo suficiente para estimular a participação efetiva. Isso se confirma pelo fato de que 64,7% dos entrevistados nunca participaram de processos licitatórios, evidenciando uma lacuna entre conhecimento teórico e aplicação prática, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Participação em licitações públicas

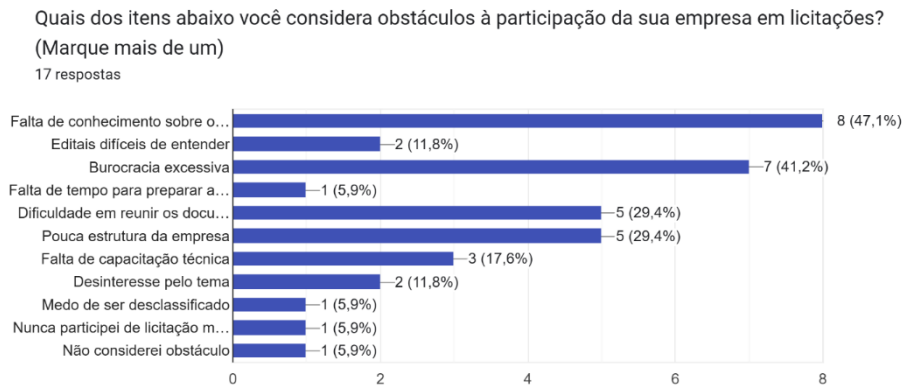


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse resultado evidencia uma fragilidade estrutural na transição entre o conhecimento e a prática, indicando que o entendimento superficial sobre licitações não se traduz em participação efetiva, corroborando as evidências apresentadas por Mandarino e Gomes (2023) acerca das dificuldades de compreensão dos procedimentos licitatórios.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se a falta de conhecimento sobre o processo (47,1%) e a burocracia excessiva (41,2%), conforme apresentado na Figura 2. Esses achados indicam que as barreiras enfrentadas pelas MPEs vão além de dificuldades pontuais, configurando entraves estruturais que limitam de forma significativa sua inserção nas compras públicas.

Figura 2 – Principais desafios enfrentados

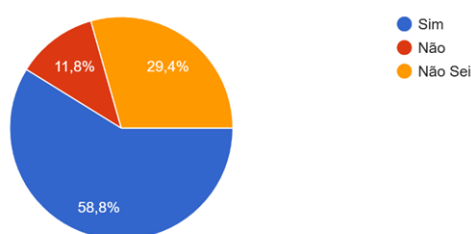


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Outro ponto relevante refere-se à percepção dos participantes em relação à competitividade do processo licitatório. Embora 88,2% afirmem que suas empresas possuem capacidade para atender às demandas da administração pública, uma parcela significativa (58,8%) acredita que há favorecimento de empresas de maior porte, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3 – Percepção de favorecimento em licitações

Acredita que há favorecimento de empresas maiores nos processos licitatórios?
17 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse resultado evidencia uma discrepância entre a capacidade operacional das empresas e sua percepção sobre as condições reais de concorrência nos certames públicos. Ainda que se sintam aptas a participar, muitos empreendedores demonstram desconfiança quanto à imparcialidade dos processos licitatórios.

Esse cenário revela não apenas limitações de natureza operacional, mas também a presença de um problema de confiança institucional, que atua como fator desestimulante à participação das MPEs, mesmo quando estas possuem condições técnicas de atender às exigências da administração pública. A percepção de desigualdade na concorrência contribui para o afastamento dessas empresas dos processos licitatórios, reduzindo seu potencial de inserção nas compras governamentais.

Por outro lado, observa-se um potencial significativo de crescimento nesse cenário. A maioria dos entrevistados (82,4%) demonstrou interesse em participar de capacitações sobre licitações públicas, conforme apresentado na Figura 4, o que indica que o baixo nível de participação não está relacionado à falta de interesse, mas à carência de informação e suporte adequado.

Figura 4 – Interesse em capacitação



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse achado reforça a importância de iniciativas voltadas à capacitação, conforme destacado pelo SEBRAE (2019).

As respostas abertas também contribuíram para aprofundar a análise, apontando sugestões como a simplificação dos editais, maior transparência nos processos e melhoria na comunicação por parte da administração pública. Essas propostas indicam caminhos viáveis para ampliar a participação das MPEs e tornar os processos mais acessíveis.

Além disso, foram identificadas preocupações relacionadas à fase pós-contratual, especialmente quanto à pontualidade dos pagamentos. Relatos de experiências negativas demonstram que a insegurança financeira também atua como um fator limitante, uma vez que as MPEs operam, em geral, com recursos reduzidos.

Dessa forma, os resultados indicam que os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas vão além da burocracia, envolvendo também fatores relacionados à informação, confiança e suporte institucional. Ao mesmo tempo, os dados apontam que há potencial para ampliar sua participação, desde que sejam adotadas medidas voltadas à capacitação, simplificação dos processos e fortalecimento da transparência.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os principais desafios que dificultam a participação das micro e pequenas empresas (MPEs) em licitações públicas no município de Rio da Conceição – TO. A partir dos dados obtidos, constatou-se que, apesar da relevância

econômica dessas empresas e da existência de mecanismos legais que favorecem sua inserção, ainda persistem barreiras significativas que limitam sua atuação nos processos licitatórios.

Os resultados indicaram que os principais obstáculos estão relacionados à insuficiência de conhecimento sobre o funcionamento das licitações, à burocracia excessiva e à dificuldade de compreensão dos editais. Além disso, fatores como a percepção de favorecimento de empresas de maior porte e a insegurança quanto à execução contratual, especialmente no que se refere aos prazos de pagamento, também contribuem para o baixo nível de participação das MPEs.

Por outro lado, os resultados também revelam um cenário promissor, marcado pelo interesse dos empreendedores em participar de processos licitatórios, desde que haja maior acesso à informação e oportunidades de capacitação. Esse aspecto demonstra que a baixa adesão não está associada à falta de interesse, mas à ausência de suporte adequado e à complexidade dos procedimentos.

Diante desse contexto, o estudo reforça a necessidade de implementação de ações práticas voltadas à inclusão das MPEs nas compras públicas. Entre as principais recomendações, destacam-se a promoção de programas de capacitação, a simplificação dos processos licitatórios, o fortalecimento da transparência e a melhoria na comunicação entre a administração pública e os potenciais fornecedores.

Como limitação, ressalta-se que a pesquisa foi realizada em um único município e com amostra reduzida, o que restringe a generalização dos resultados. Assim, sugere-se que estudos futuros ampliem a análise para outros contextos, incorporando abordagens comparativas que possibilitem uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Conclui-se, portanto, que a ampliação da participação das micro e pequenas empresas nas licitações públicas depende não apenas de avanços normativos, mas, principalmente, da adoção de medidas concretas que reduzam barreiras estruturais, ampliem o acesso à informação e fortaleçam a confiança no sistema, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

6 Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2025.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2025.

CABRAL, Sandro; REIS, Paulo Roberto da Costa; SAMPAIO, Adriano. A participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 1-20, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

MACHADO JÚNIOR, Clóvis L.; REIS, Luciano Gomes dos. Compras públicas e desenvolvimento local: desafios para micro e pequenas empresas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 1–15, 2020.

MANDARINO, Renata; GOMES, Luiz Fernando. Barreiras à participação de pequenas empresas em licitações públicas. *Revista de Gestão Pública*, v. 12, n. 1, p. 45–60, 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais*. Brasília: SEBRAE, 2019.